

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O pente fino e o faroeste fiscal - BRUNO CARAZZA 3

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Relator prevê consenso e trâmite rápido 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

PIB terá crescimento limitado neste ano 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Número de informais é desafio para previdência 10

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Síndrome de Burnout pode causar até aposentadoria por invalidez 11

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 3 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Texto da reforma gera disputa entre setor imobiliário e governo 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Debate deve respeitar princípios da reforma, dizem os especialistas 15

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária pode ser melhorada (Editorial) 17

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fundo acabará com guerra fiscal, segundo relator 18

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Disputas tributárias criam ônus 19

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Haddad discute clima e taxaço dos super-ricos 20

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com desistência de Biden na disputa pela reeleição, investidores recalculam rota 21

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entidades filantrópicas garantem imunidade de HCMD na reforma 23

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

LEMBRETE - APOSENTADOS 25

Segunda-Feira, 22 de Julho de 2024

O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR
ECONOMIA

'Alta da Bolsa brasileira ainda nem começou' 27

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA
ECONOMIA

Ministério oficializará hoje congelamento de R\$ 15 bi 29

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
ECONOMIA

Congelamento de R\$ 15 bi no orçamento é oficializado 30

O pente fino e o faroeste fiscal - BRUNO CARAZZA

BRUNO CARAZZA

Pressionado por uma situação fiscal difícil, com o arcabouço fazendo água e em meio a uma avalanche de memes divulgados à direita e à esquerda criticando seu "ajuste pelo lado da receita", Fernando Haddad e sua equipe econômica divulgam nesta segunda-feira sua proposta de bloqueios e contingenciamentos para tentar atingir a meta de déficit zero até o fim do ano.

Alguns números já foram antecipados, mas não é bom esperar nada de estrutural sendo anunciado, para além de medidas paliativas e o engodo do "pente fino" em despesas, esse emplasto utilizado pelos políticos quando não querem se indispor com cortes efetivos nos gastos.

Em debate realizado no dia 2 de julho na Fundação Dom Cabral, em São Paulo, um grupo de especialistas foi convidado a discutir um dos principais itens da despesa pública brasileira: a folha de pagamentos do funcionalismo.

O Estado brasileiro enfrenta um paradoxo: tem proporcionalmente menos servidores do que países desenvolvidos, mas as despesas com servidores são maiores do que a média de nações avançadas e em desenvolvimento.

Para além dessa distorção, como apontou a jornalista Renata Lo Prete, mediadora do evento, o debate sobre a eficiência do Estado se faz ainda mais necessário num momento em que os recursos estão mais escassos do que já foram em outros tempos.

Segundo o ex-presidente do Banco Central, Arminio Fraga, a questão do tamanho do Estado brasileiro levanta uma série de reflexões. "A captura não é apenas de grandes empresas que fazem lobby e corrompem o nosso Estado, ela acontece por dentro também", referindo-se ao corporativismo de certas carreiras do Estado.

Para Arminio, chama a atenção no Brasil a ausência de uma arquitetura institucional que impeça o que ele se refere como "efeito escada"-mecanismo em que sempre que uma categoria consegue uma vantagem as demais se mobilizam para obter ganhos equivalentes. "O Judiciário consegue um benefício, o Ministério Público corre atrás. Ou auditores da Receita

ganham um bônus e os analistas do Banco Central querem também", exemplifica.

Na visão de Arminio, da mesma forma que o Estado precisa medir os efeitos das políticas públicas e dos benefícios fiscais para o setor privado, é fundamental também que se estabeleça uma política de avaliação dos servidores. Ele acredita ser possível conceber um sistema transparente, com direito de defesa e blindado contra perseguições políticas, sem ser complacente com a baixa produtividade.

Segundo Elida Graziane, procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, para muitas entidades representativas das carreiras da elite do funcionalismo público a estrutura do Estado passou a ser um fim em si mesmo. Ao manobram as instâncias decisórias em benefício próprio- a imagem utilizada por ela foi de um "faroeste orçamentário"- essas categorias estão corroendo a legitimidade de suas respectivas instituições ao se afastarem do atendimento das reais necessidades da sociedade à qual servem.

Na visão da procuradora, é preciso resgatar os papéis de planejamento, execução e controle das ações do Estado sob a lógica do "público feito em público". Para Graziane, é preciso uma ordenação legítima das prioridades nacionais, para se evitar a captura do orçamento por grupos de interesses e a perenização das desigualdades sociais.

Em termos de ganhos fiscais, haveria espaço para se reavaliar a real demanda por diversos cargos que não se fazem mais necessários pelo avanço da tecnologia e mesmo pelos ganhos de escala que poderiam ser obtidos evitando-se a multiplicação de estruturas estatais dispersas em mais de 2000 municípios com população diminuta.

Já para a professora e pesquisadora em Administração Pública Gabriela Lotta, da Fundação Getúlio Vargas, a discussão sobre reforma administrativa no Brasil não pode ficar presa aos argumentos simplificadores daqueles que demonizam o Estado ou de quem o defende sem nenhum senso crítico.

Para Gabriela, é fundamental entender a gritante diferença entre uma pequena elite que fura o teto do

funcionalismo (R\$ 44.008,52 por mês), enquanto 70% dos **servidores públicos** brasileiros recebem menos de R\$5 mil mensais. "Qualquer proposta de reforma precisa levar em conta essa discrepância, em que uma pequena fração de privilegiados contamina a imagem de uma maioria que, na base, presta serviços diretos para a população sem uma remuneração adequada", alerta.

Lotta chama atenção para a necessidade de quebrarmos o paradoxo de que, em nome de instituições fundamentais para a democracia e a sociedade brasileira-como o Poder Judiciário, o Legislativo e órgãos como Tribunais de Contas, advocacia pública, **Receita Federal** e Banco Central, por exemplo -, seus servidores garantem para si vantagens desconectadas da realidade brasileira. E nesse sentido é fundamental recuperar a autoridade do teto remuneratório.

Para além do embate entre quem defende um Estado menor ou maior, Lotta defende que é possível avançarem direção a um serviço público melhor.

Se tiver a ousadia de enfrentar essa questão, o governo Lula pode sair das cordas, apanhando do mercado, dos memes e de boa parte do eleitorado. Mas é preciso ter coragem.

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de "O País dos Privilégios (volume 1) e "Dinheiro, Eleições e Poder", ambos pela Companhia das Letras.

Escreve às segundas-feiras E-mail bru no. carazza@gmail.com

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187934?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187934?page=1§ion=1)**

Relator prevê consenso e trâmite rápido

Marcelo Ribeiro, Beatriz Olivon e Jéssica Sant'Anna De Brasília

O relator-geral do segundo projeto de lei de regulamentação da **reforma tributária** (PLP 108/2024), deputado federal Mauro Benevides Filho (PDT-CE), tem "convicção plena" de que, da forma como está o parecer, os Estados irão implementar a cobrança de ITCMD sobre grandes patrimônios - o texto deixou a critério de cada Estado definir o que seria grande patrimônio, uma liberalidade defendida pelo relator. O parecer foi apresentado no dia 8 de julho, mas a votação ficou para agosto.

"Das conversas que tive com oito ou dez governadores, acredito que todos vão implementar", afirmou Benevides em entrevista ao Valor. O ITCMD é o imposto estadual cobrado sobre herança transmitida a herdeiros em caso de morte do titular ou por meio de doações feitas em vida.

Para o deputado, não faria sentido a Câmara definir o que seria grande patrimônio. "Em São Paulo pode não ser o mesmo que no Acre", exemplificou. Ele lembrou que hoje a lei permite que o ITCMD seja de até 8%, mas São Paulo, por exemplo, cobra 4%. Ele vê como positiva essa discricionariedade de cada ente federado sobre o tema e rechaça a hipótese de "guerra" fiscal entre os Estados para ver quem atrai mais domiciliados.

O relator afirmou, ainda, que não cabe à Câmara dos Deputados mudar a alíquota máxima do ITCMD, hoje de 8%, que é criticada por estar abaixo do percentual de outros países. Quem decide a alíquota máxima, por definição constitucional, é o Senado Federal, por meio de resolução.

A Câmara também deixou de fora do texto a possibilidade de uma lei federal prever a incidência do ITCMD sobre heranças no exterior. Segundo o parlamentar, os Estados não pediram essa inclusão no parecer. Alguns tinham leis para fazer a cobrança, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional - porque o tema demandaria legislação federal.

Outra mudança relevante no parecer foi a taxação de ITCMD sobre planos de previdência privada, mas com um atenuante: planos do tipo VGBL com aporte superior a cinco anos ficarão isentos da cobrança. Benevides negou que esse

atenuante reduza o potencial de arrecadação dos Estados: "Eles vão deixar de receber zero para receber alguma coisa. Eles vão ganhar a receita". Segundo o parlamentar, hoje só alguns Estados fazem a cobrança, devido ao fato de o tema estar judicializado.

Para Benevides, era importante deixar planos VGBL superiores a cinco anos sem tributação porque isso garante funding (financiamento) barato para os bancos. Ele também argumenta que os planos longos de previdência são usados, de fato, como instrumento de aposentadoria, e não para evitar o pagamento de **impostos**.

O Valor apurou que a limitação temporal sobre o VGBL desagradou os Estados. "Isso dá margem para continuidade de elisão fiscal e sobrecarga dos demais contribuintes que processam herança por outros fluxos de bens", explicou uma fonte. Os entes federados defendem que não haja o limite de cinco anos, ou seja, que a cobrança incida sobre todos os planos, de forma a evitar artifícios e fugas financeiras e a equalizar o tratamento de todas as espécies de bens nas sucessões patrimoniais.

A partir do dia 12 de agosto, durante a semana de esforço concentrado após o recesso parlamentar, Benevides vai procurar as bancadas para discutir o texto. Ele disse que não pretende apresentar novo relatório. Sua expectativa é votar o substitutivo já na terça-feira, dia 13 de agosto.

De acordo com o pedetista, até o momento, as bancadas do PL e do Novo pediram esclarecimentos sobre a proposta, mas, mesmo assim, ele entende que haverá amplo consenso para votação. "Esse relatório não vai ter o mesmo nível de conflito que teve o 68 [o primeiro projeto de regulamentação da **reforma tributária**]." Segundo ele, muitos itens solicitados já foram incorporados, o que evitaria os conflitos.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chegou a cogitar a apreciação do texto antes do recesso parlamentar, mas não o fez para evitar a contaminação da análise do principal projeto da regulamentação da reforma - aprovado um dia antes de os parlamentares saírem de férias. Focos de resistência no PL e no Novo contribuíram para a decisão de adiar a votação para a volta dos trabalhos, em agosto.

Benevides também não tem preocupações com a

tramitação no Senado Federal, porque vê o PLP 108 como um texto de convergências. "Se tiver brigas, um ou dois ou três pontos e pronto."

Apesar do otimismo, a Casa comandada por Rodrigo Pacheco (PSD-MG) deve fazer um debate da matéria mais aprofundado e "com a lupa nas mãos", especialmente em função da influência e capacidade de articulação que os estados tem sobre os senadores.

Ainda que os senadores tenham demonstrado resistência de fazer uma tramitação célere sobre os textos da regulamentação da tributária, os parlamentares devem se dedicar a concluir as votações de forma a garantir a sanção presidencial ainda neste ano.

Como há a possibilidade de mudanças pelo Senado, esse calendário impõe uma análise rápida para garantir que os deputados voltem a se debruçar e aprovelem os projetos pela segunda vez antes do fim do ano.

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) pode concentrar as relatorias dos dois projetos de regulamentação, estratégia diferente da que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), adotou para garantir o avanço das matérias em pouco tempo.

Por outro lado, o calendário apertado e o compromisso de viabilizar uma tramitação menos arrastada, que permita a sanção de ambas ainda em 2024, pode obrigar Pacheco a escalar um outro senador como relator do projeto que cria o comitê gestor do IBS.

Para Mauri Bornia, advogado especialista em **tributos** indiretos e sócio do Machado Associados, o principal problema do projeto está na origem: ter dois entes diferentes-o Comitê Gestor do IBS e a **Receita Federal**-para coordenar os dois **tributos** que serão criados com a reforma. Ele diz que pode haver conflitos de interpretação e aplicação das normas.

"Vai caber a esse Comitê Gestor decidir contencioso administrativo e apenas atuar junto ao Executivo para harmonizar normas e procedimentos. Isso pode gerar as discussões que se têm hoje", afirma.

"Se a ideia é a criação de um único IVA, por que segregar parte do contencioso administrativo?", questiona Bornia. O advogado avalia também que a segregação das fiscalizações não faz jus à ideia de centralização inicial, de ter um único IVA, com regimento idêntico.

"Este relatório não terá o mesmo nível de conflito que teve o outro projeto" Benevides Filho

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187934?page=1§ion=1>

PIB terá crescimento limitado neste ano

» ROSANA HESSEL

Após o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, frear o ciclo de corte da taxa básica da economia (Selic), mantendo os juros em 10,50% ao ano, no mês passado, o Ministério da Fazenda freou o ímpeto de revisões para cima do Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano, na contramão do discurso de que a economia iria continuar surpreendendo positivamente.

De acordo com analistas ouvidos pelo Correio, é possível que essa projeção do governo não se concretize, o que poderá ser mais um problema para o cumprimento da meta fiscal, que já está apertada, mesmo com o anúncio de contenção de R\$ 15 bilhões de gastos - sendo R\$ 11,2 bilhões de bloqueio e R\$ 3,8 bilhões de contingenciamento - para o cumprimento da meta fiscal deste ano, que permite um rombo de até 0,25% no **PIB**, pois menos crescimento implica em menos receita.

"A taxa de crescimento de 2,5% do **PIB** neste ano é o teto.

Com todas as restrições que estão aparecendo na economia, não vai ser simples manter o ritmo trimestral de 2,5% até o fim do ano", explica Sergio Vale, economista- chefe da MB Associados.

Ele estima que com o anúncio de corte de R\$ 15 bilhões em gastos no Orçamento deste ano, o governo está na metade do caminho do ajuste para conseguir entregar um deficit primário de 0,25% do **PIB**. "Ainda faltariam R\$ 15 bilhões para chegar ao limite inferior do deficit neste ano de 0,25% do **PIB**. Como o governo interdito medidas mais estruturais de ajustes, será inevitável que esses bloqueios sejam comuns até 2026", acrescenta.

Pelos cálculos de José Francisco de Lima Gonçalves, economista- chefe do Banco Fator, os dados mais recentes de atividade sinalizam que o crescimento do **PIB** deste ano deverá ficar mais perto de 2% do que de 2,5%, o que deve reduzir ainda mais a previsão de receita do governo.

Ele também prevê, além do valor anunciado, um corte adicional de, pelo menos, R\$ 10 bilhões para compensar esse descompasso.

"Esperamos mais ajustes até o quinto bimestre do ano, quando haverá mais clareza sobre eventuais avanços na compensação da desoneração da folha e na

eficácia de medidas relativas a despesas", afirma.

No Boletim Macro Fiscal, divulgado na semana passada pela Secretaria de Política Econômica (SPE), a pasta manteve a projeção para o crescimento da atividade econômica neste ano em 2,5%. Essa medida foi anunciada no mesmo dia em que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, divulgou a contenção de R\$ 15 bilhões em despesas no Orçamento deste ano. Antes, tanto o governo quanto Haddad, vinham sinalizado que deveriam revisar para cima as projeções do **PIB**, o que ajudaria, de forma contábil, a melhorar o resultado fiscal e reduzir a necessidade de corte orçamentário. Mas, diante do clima apreensivo do mercado com o anúncio do corte de despesas, o chefe da equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi mais contido e pediu "parcimônia". A previsão de 2,5%, que foi mantida, ainda é mais otimista do que as previsões do mercado e do Fundo Monetário Internacional (FMI), que reduziu de 2,2% para 2,1%, em grande parte, por conta da tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul.

Técnicos da Fazenda e do Planejamento devem apresentar, na tarde de hoje, o relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas com esse corte de R\$ 15 bilhões - que é considerado por analistas insuficiente para o cumprimento da meta fiscal deste ano.

Sergio Vale, da MB, destaca também que, como os juros devem continuar elevados tanto no Brasil quanto no exterior, e o risco externo podendo aumentar caso o candidato republicano Donald Trump vença as eleições, esse cenário mais incerto pode travar o crescimento do **PIB** no último trimestre deste ano.

Na avaliação do economista Simão Davi Silber, professor da Universidade de São Paulo (USP), será muito difícil para o **PIB** crescer mais do que 2% neste ano e nos próximos, por conta da inércia. "Eu tenho falado isso desde o segundo semestre do ano passado, porque, se pegarmos a média geométrica de 1980 até 2023, dá 2%, e, por conta disso, a inércia não deixará o **PIB** crescer mais do que esse patamar", explica. "Não tem nada de especial neste ano, nem aqui nem lá fora, para que o país cresça acima de 2%. E, como a política monetária não conversa com a política fiscal, isso traz redução de crescimento e do investimento", acrescenta o professor da USP. Ele demonstra bastante preocupação com o forte aumento da despesa, que segue crescendo em ritmo mais acelerado do que a receita.

Despesa acelerada Conforme dados do Tesouro Nacional, de janeiro a maio, a receita tributária do governo aumentou 9%, em termos reais (descontada a **inflação**), em relação ao mesmo período de 2023.

Enquanto isso, na mesma base de comparação, a despesa saltou 14%, gerando um saldo negativo de R\$ 30 bilhões. No acumulado em 12 meses, o déficit primário somou R\$ 268,4 bilhões, equivalente a 2,36% do **PIB**.

"A despesa tem vida própria.

Ela cresce de forma vegetativamente, e o ralo da República é a Previdência, que é uma despesa que vai continuar crescendo de forma independente porque o número de aposentados está crescendo mais rapidamente porque o país está envelhecendo e, adicionalmente, os programas de transferência de renda são mais significativos", alerta Silber. Segundo ele, o país não vai resolver esse problema só aumentando a receita. "O país vai precisar crescer para que a receita também cresça de forma **pib** 2207 vale este!

vegetativa. Se o país estivesse crescendo 4,5% ao ano, não estaríamos discutindo isso agora.

Mas, não tem como conseguir isso agora, com o país refém de um crescimento de 2% ao ano e a população aumentando 1%. Isso significa que a renda per capita vai levar 70 anos para dobrar de tamanho.

O Brasil está comendo poeira na estrada do crescimento, junto com o Egito", lamenta.

O especialista em contas públicas Manoel Pires, coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), não vê chances de o governo conseguir zerar o déficit primário neste ano, algo que já não está sendo cogitado mais por Haddad após a reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO), na quinta-feira.

Ao anunciar o corte de R\$ 15 bilhões nas despesas, o ministro sinalizou que o governo estará comprometido em entregar o resultado primário no limite da meta, que permite um rombo de até 0,25% do **PIB**, ou seja, R\$ 28,8 bilhões.

"O sistema é mais complexo atualmente, mas não podemos reconhecer que o resultado primário deste ano, em comparação com o rombo do ano passado, deverá ser menor. Qualitativamente, será uma melhora substancial", afirma Pires. Contudo, o economista reconhece que houve um aumento

expressivo no volume de benefícios sociais do governo federal e isso acabou expondo a ineficiência dos programas e, portanto, há espaço para cortes de gastos em medidas assistenciais, como Benefício de Prestação Continuada (BPC), auxílio-doença e Bolsa Família. "Existe uma margem de gordura que poderá ser cortada e isso vai ajudar o governo a anunciar um contingenciamento menor", frisa.

No boletim Macro Fiscal, a Fazenda ainda elevou as projeções para a **inflação** deste ano, de 3,70% para 3,90%. Segundo o documento, essa estimativa já leva em consideração os impactos do câmbio mais depreciado e da calamidade no Rio Grande do Sul nos preços, além dos reajustes recentes anunciados para os preços da gasolina e do gás de cozinha.

Risco previdenciário De acordo com Pires, além dessas três despesas que podem ser revistas e ajudar a minimizar o tamanho do corte orçamentário neste ano, o cenário com **inflação** mais elevada também pode ajudar, porque o **PIB** nominal será maior. "Outra notícia boa é o aquecimento do mercado de trabalho, que continua crescendo e pode contribuir com o aumento de receitas de **tributos** do governo e da Previdência", adiciona o especialista em contas públicas.

Em artigo recente, o economista e especialista em Previdência Fabio Giambiagi lembrou que a despesa previdenciária passou de 6,2% para 8,1% do **PIB**, entre 2003 e 2016, após 14 anos de PT no poder. E, agora, mesmo após a reforma no sistema de aposentadorias, em 2024, será da ordem de 8% do **PIB** novamente no governo do PT.

"O Brasil precisa avançar rumo a uma nova reforma previdenciária.

É necessário dar o primeiro passo para que ocorra uma discussão intensa e criar condições políticas para aprovar uma reforma, em 2027 ou 2031. Nossa modesta contribuição é procurar dar o lastro técnico para que seja possível aprovar essa futura mudança", alerta Giambiagi. Segundo ele, não é recomendável apertar as regras para quem já foi afetado pela última mudança. "Aquela reforma foi muito importante e, basicamente, aumentou bastante o período contributivo para quem se aposentaria por tempo de contribuição. Essas pessoas, vale ressaltar, irão contribuir, na prática, em muitos casos, durante 40 anos ou mais. Em algum momento, porém, será preciso mudar as regras das outras modalidades de benefício", frisa ele, ao citar o recém-lançado livro A reforma inacabada - O futuro da **Previdência Social** no Brasil (Editora Altabooks), em parceria com o economista Paulo Tafner.

"Não tem nada de especial neste ano, nem aqui nem lá fora, para que o país cresça acima de 2%. E, como a política monetária não conversa com a política fiscal, isso traz redução de crescimento e do investimento"
Simão Davi Silber, doutor em economia e professor da USP

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6207/22-07-2024.html?all=1>

Número de informais é desafio para previdência

Lucianne Carneiro Do Rio

O elevado grau de informalidade no mercado de trabalho brasileiro impõe desafios para o financiamento da previdência do país, apontam economistas. A preocupação é reforçada no atual momento de envelhecimento da população brasileira, quando haverá cada vez menos jovens para sustentar a **seguridade social** para os idosos no futuro.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que 38,6% da população ocupada está em vagas de trabalho informais no trimestre encerrado em maio, ou 39,13 milhões de pessoas.

Do total de pessoas ocupadas, apenas 65,3% contribuíram para algum instituto de previdência.

São 66,17 milhões de pessoas neste grupo, que contempla tanto os trabalhadores formais quanto pessoas que contribuem de forma autônoma em busca de proteção social, seja aposentadoria ou auxílio-doença, por exemplo.

Os dados mostram que pouco mais de um terço (34,7%) da população ocupada não contribuem para a previdência. É o que o economista da Tendências Consultoria Lucas Assis chama de balança fiscal da previdência.

Neste contexto, ele vê dois desafios. Por um lado, a informalidade afeta o volume atual de contribuições para a previdência. Por outro, o envelhecimento da população, com parcela maior dos idosos no total dos habitantes do país, significa mais gastos em **seguridade social**.

"Um [dos desafios] decorre da diminuição da arrecadação causada pela precarização das relações de trabalho, impactando diretamente o número de contribuições para a previdência. O outro desafio é o aumento da expectativa de vida dos idosos, que receberão benefícios como aposentadoria por idade e pensão por morte por mais tempo, prorrogando assim o vínculo previdenciário", alerta.

A professora de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Liana Carleial vê com preocupação

para o futuro do país o atual grau de informalidade. Sem trabalhadores formais, o financiamento das aposentadorias é comprometido. Numa população que se torna cada vez mais velha, essa situação se agrava, avalia.

"A realidade é que se precisa de trabalhadores formalizados, que possam de fato contribuir, junto com os empregadores, para manter uma previdência pública. Porque senão vai ter, daqui a 10,20 anos, pessoas que chegam à idade da aposentadoria sem condições de se aposentar. A Previdência está sendo corroída por dentro. Isso é grave, muito grave", alerta. "A gente vive tentando corrigir a Previdência para ela não ter problemas no futuro. Mas ao mesmo tempo estamos corroendo a possibilidade de ela se solidificar o tempo todo", completa.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187934?page=1§ion=1>

Síndrome de Burnout pode causar até aposentadoria por invalidez

CAIO PRATES

A Síndrome de Burnout, doença provocada pelo estresse crônico no trabalho, passou a ser considerada doença ocupacional em 1º de janeiro de 2022, após a sua inclusão na CID (Classificação Internacional de Doenças) da OMS (Organização Mundial da Saúde).

Especialistas ressaltam que, na prática, significa que estão previstos os mesmos direitos trabalhistas e previdenciários assegurados para as demais doenças relacionadas ao emprego. E nos casos mais graves, o trabalhador tem direito a aposentadoria por invalidez.

A OMS descreve o Burnout como "uma síndrome resultante de um estresse crônico no trabalho que não foi administrado com êxito" e que se caracteriza por três elementos: "sensação de esgotamento, cinismo ou sentimentos negativos relacionados a seu trabalho e eficácia profissional reduzida".

O advogado Ruslan Stuchi destaca que o esgotamento profissional é o principal fator da síndrome.

"Em geral, o empregado tem o esgotamento físico e mental, a perda de interesse no trabalho, além de quadros crônicos de ansiedade e depressão. E o trabalhador com esses sintomas perde sua capacidade de exercer a atividade profissional por um período ou de forma definitiva, dependendo de seu quadro clínico", alerta o sócio do Stuchi Advogados.

De acordo com a advogada Cíntia Fernandes, sócia do Mauro Menezes Advogados, o trabalhador com a Síndrome de Burnout tem direito a licença médica remunerada pelo empregador por um período de até 15 dias de afastamento. "Nas hipóteses de afastamento superior a 15 dias, o empregado terá direito ao benefício previdenciário pago pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), denominado auxílio-doença acidentário, que prevê a estabilidade provisória, ou seja, após a alta pelo **INSS** o empregado não poderá ser dispensado sem justa causa no período de 12 meses, após o fim do período do auxílio. Nos casos mais graves de incapacidade total para o trabalho, o empregado terá direito à aposentadoria por invalidez, mas será preciso passar pela avaliação da perícia médica do **INSS**", explica a

especialista.

A advogada Lariane Del Vecchio, especialista em direito do trabalho do escritório Aith, Badari e Luchin, destaca que, além do afastamento e da estabilidade, o trabalhador acometido pela síndrome também tem direito a continuar a receber os depósitos de FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) em sua conta, manutenção do convênio médico, indenização por danos morais em caso de violação a direitos de personalidade, danos materiais como gastos com medicação e consultas multidisciplinares, danos emergentes, como PLR (Participação nos Lucros e Resultados) e adicionais, e pensão vitalícia, que consiste em uma indenização que se leva em consideração a redução da capacidade laboral e o prejuízo financeiro provocado pela doença.

É preciso comprovar relação com o trabalho

A advogada especialista em direito previdenciário Lariane frisa que, para configurar a síndrome como doença ocupacional, é necessário provar a relação entre trabalho e doença.

"É o que chamamos de nexa causal, que é a evolução de uma doença preexistente.

O grande problema neste caso é a subnotificação se o diagnóstico for incorreto.

Muitas vezes o trabalhador não relata que a doença está relacionada ao ambiente laboral, e ela é diagnosticada como depressão, ansiedade e crise de pânico. Todos os acidentes de trabalho devem ser comunicados, independente da gravidade, mesmo que não haja afastamento e incapacidade para o trabalho", orienta.

A advogada Cíntia Fernandes reforça a necessidade de comprovação mediante perícia e atestado médico. "É necessário que o empregado apresente os atestados e laudos médicos para ter direito aos afastamentos. A partir do diagnóstico de doença relacionada ao trabalho, a empresa deverá emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho, comunicando o **INSS**. Na hipótese de omissão do empregador, o próprio trabalhador poderá registrar a CAT (Cadastro de Comunicação de Acidente de Trabalho) na página do **INSS**", informa.

Ruslan Stuchi aponta que a síndrome já é conhecida no meio jurídico trabalhista e previdenciário brasileiro como uma doença ocupacional pelas inúmeras demandas judiciais em busca dos direitos e garantias dos empregados e segurados.

"Agora, a doença deixou de ser abstrata e relacionada a várias causas e passou a compor o capítulo específico dos problemas gerados e associados ao emprego ou desemprego", avalia.

Site:

**ab_C984BBE14EB7B86A68F2C62DB500A3C0599961B7B
4D9FFB2689ACAAE69999323157419396FC0404529A8EC
8B340CD5C217E1C818B581F74D4F2511FFAF248577DB0
6C044E65B9D6DDDFB858F59E77E091C0131F62022C46A
1DFB48E35CEFD57F23262C373A05CF52871398174DEC9
0E5713BA91B56E4A061A1DD4B837C652BDE8944D1CC
E81C30691D956F52A434506082FAE8AB8**

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 3

Publicado em 22/07/2024 - 07:14
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta segunda-feira (22) a parcela de julho do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 3.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 682,56. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 20,83 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,2 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 600 mil de famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras

estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 500 mil de famílias foram incluídas no programa em julho, o que representa inclusão recorde para um mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Regra de proteção

Cerca de 2,83 milhões de famílias estão na regra de proteção em julho. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 371,99.

Auxílio Gás

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em agosto.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-07/caixa-paga-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-3>

Texto da reforma gera disputa entre setor imobiliário e governo

ALVARO GRIBEL BRASÍLIA

A proposta de regulamentação da **reforma tributária**, aprovada na Câmara, instaurou uma queda de braço entre a equipe econômica e o setor imobiliário - numa disputa que extrapolou os corredores do Congresso, ganhou as redes sociais e deve se intensificar durante a sua tramitação no Senado. Isso porque o diagnóstico a respeito dos efeitos do novo modelo de Imposto de Valor Agregado (IVA) sobre o setor são muito divergentes.

Enquanto o governo garante que não haverá aumento de carga tributária, entidades do setor rebatem com estudos independentes que apontam o contrário - o que resultaria em alta nos preços dos imóveis, com risco de agravamento do déficit habitacional no País.

Em entrevista ao Estadão, o secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse que as mudanças feitas pelos deputados - que permitiram uma redução de 40% da alíquota-padrão para o setor, contra 20% da proposta original da equipe econômica enviada ao Congresso - já deixaram a carga tributária em equilíbrio com o regime atual. Isso no caso de transações por empresas, uma vez que, segundo o texto, o IVA não incidirá sobre compra, venda e aluguel por pessoas físicas.

Além disso, Appy lembra que há redutores automáticos da base de cálculo do imposto e créditos que serão acumulados ao longo da cadeia e poderão ser abatidos. Por isso, garante que o impacto nos preços chegará a, no máximo, 3,5% para imóveis acima de R\$ 2 milhões; sendo que, para imóveis populares, na faixa de R\$ 200 mil, haverá queda de 3,5% nos preços.

"A nossa relação com o setor imobiliário foi correta e houve uma discussão muito técnica sobre a carga atual; mas temos hipóteses diferentes. Pelas nossas contas, a redução da alíquota-padrão que mantém a carga tributária atual é próxima de 40%; pela conta deles, precisa ser próxima de 55%. Eles têm como universo as grandes incorporadoras; nós temos a base de dados da Receita (Federal), com todas as declarações de operações imobiliárias", disse Appy.

Os presidentes da Câmara Brasileira da Indústria da

Construção (CBIC), Renato Correia, e do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação ou Administração de Imóveis Residenciais ou Comerciais de São Paulo (Secovi), Ely Wertheim, citam estudos feitos pelas consultorias Tendências e FM/Derraik que apontam a necessidade de a redução chegar a 60% da alíquota-padrão do novo IVA, estimada em 26,5% pela Fazenda, para manter a carga tributária atual.

"O governo tem sua base de dados e nós a nossa, que são as nossas contabilidades e valores praticados efetivamente - além de dois estudos de consultorias renomadas. É um debate técnico para se encontrar um consenso", diz Wertheim. Mas há divergências também no próprio setor.

Enquanto Wertheim estima alta de 2% a 5%, mais próximo das contas da Fazenda, Correia teme que ela chegue a 12%.

Cálculos Pelas contas do Secovi e da CBIC, alta nos preços do imóveis com texto atual varia de 3% a 12%

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Debate deve respeitar princípios da reforma, dizem os especialistas

ALVARO GRIBEL BRASÍLIA

O setor imobiliário promete forte mobilização e conta com as redes sociais para pressionar o governo e os senadores para conseguir os ajustes que acha necessários. Uma brecha na redação do texto, apontada nas redes, poderia fazer com que aposentados que vivem da renda de imóveis paguem mais **impostos** - embora a equipe econômica rejeite a ideia. Isso porque a proposta diz que está sujeito à cobrança de **impostos** quem tem imóvel como "forma preponderante em suas atividades econômicas".

"Imagine um aposentado que recebe R\$ 2 mil de aposentadoria, e de dois imóveis recebe R\$ 10 mil de locação. Isso é mais do que a aposentadoria. E aí, é atividade preponderante?"

Não podemos ter essa incerteza", questiona Wertheim.

A consultora Melina Rocha, especialista no modelo de IVA dual, que será implementado no Brasil, avalia que não há essa dúvida, porque todo o direcionamento da reforma é para a tributação de atividades empresariais, e não de pessoas físicas.

"Só vai ser contribuinte do CBS (IVA do governo federal) e do IBS (IVA de Estados e municípios) se estiver desempenhando uma atividade econômica de forma empresarial. Tem que ser de forma habitual, relevante, profissional. Esses três critérios se aplicam ao regime de bens imóveis. Mas o regulamento (a ser feito depois, por normas infralegais) pode trazer critérios mais objetivos para definir o que ocorre nessa situação; não necessariamente precisa estar no projeto de lei (da regulamentação)", observou.

De uma forma ou de outra, a dúvida gerou ruídos que foram parar nas redes sociais. A confusão foi tão grande que obrigou o Ministério da Fazenda a divulgar uma nota no último dia 12 para rebater o que chamou de "notícias falsas". "Ao contrário das notícias inverídicas que estão circulando, a **reforma tributária** será positiva para o setor imobiliário brasileiro e será justa, pois tributará menos os imóveis populares que os imóveis de alto padrão", diz o texto.

"MUITA DESINFORMAÇÃO". "A gente soltou nota porque começou a circular muita desinformação nas redes sociais, dizendo que ia pagar 26,5% em

qualquer venda de imóvel", diz o secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, que considera o aumento sobre o valor dos imóveis "marginal" e que pode ser compensado por ganhos de produtividade que o setor terá com os benefícios da reforma, lembrando que novos benefícios vão aumentar a alíquota-padrão para o restante da economia.

"O setor vai ser beneficiado com um aumento grande de produtividade, porque vai permitir a recuperação de 100% dos créditos - o que vai fazer as empresas optarem por métodos construtivos mais eficientes", ressaltou.

As demandas do setor imobiliário por alterações na regulamentação são pelo menos oito.

Além da aplicação do redutor do imposto em 60% para venda e 80% para locação, e da definição clara do que é contribuinte na locação, quer ainda que o pagamento do tributo siga o modelo de "caixa" - ou seja, feito apenas quando recebem o pagamento -, e um novo cronograma de transição para que empreendimentos já iniciados preservem o modelo tributário atual.

Para a consultora em política tributária Vanessa Canado, ex-assessora especial para o tema do Ministério da Economia, há uma grande dificuldade para se calcular o resíduo tributário que hoje é pago pelo setor imobiliário. Mas ela tende a concordar com os números do Ministério da Fazenda.

"Concordo com Bernard (Appy). É uma questão de premissa e essa premissa é muito difícil de ser fixada. Não se pode considerar apenas o ISS (imposto municipal) e o PIS/Cofins (**impostos** federais) na construção e venda dos imóveis. Também deve se considerar o quanto desses e outros **tributos** estão embutidos nos insumos comprados (materiais de construção, máquinas alugadas, advogados contratados, terceirizados etc.). Esses **tributos** estão embutidos nos preços e são pagos pelo setor", afirma.

Jefferson Valentin, auditor do Estado de São Paulo e representante do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) no grupo de trabalho na Câmara que discutiu questões do setor imobiliário na reforma, entende que as concessões

feitas já foram suficientes. Ele avalia que há interesses diversos dentro do próprio setor, que tem uma cadeia de produção longa - e isso aumenta a dificuldade para se atender todos os pleitos.

"Acho que o setor está no papel dele de tentar a menor carga possível. Mas tem um problema: cada real a menos cobrado de um significa aumento na alíquota de referência (do IVA), que será pago em outro lugar", observa Valentin.

Depois da aprovação na Câmara, o primeiro projeto que regulamenta a **reforma tributária** será analisado pelo Senado, onde será relatado pelo senador Eduardo Braga (MDBAM), que também foi o relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que tratou da reforma no ano passado.

"Ao contrário das notícias inverídicas que estão circulando (nas redes sociais), a **reforma tributária** será positiva e justa para o setor imobiliário" Bernard Appy secretário extraordinário da **reforma tributária**

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma tributária pode ser melhorada (Editorial)

Não há contradição em celebrar mais uma etapa vencida para o país colocar um fim ao atual emaranhado do sistema de **impostos** e admitir uma ponta de frustração com aspectos da regulamentação da **reforma tributária** sobre o consumo, aprovada pela Câmara dos Deputados. Como se receava, os deputados exageraram nas concessões na última hora e elevaram a lista de produtos com alíquota zero ou reduzida. A próxima etapa é a análise do tema pelo Senado, que tem a grande oportunidade de corrigir distorções e restabelecer as condições para o Brasil não acabar com o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) mais alto do mundo.

Uma das alterações feitas momentos antes da votação foi a inclusão de carnes e de todos os tipos de farinha, aveia e óleo de milho na cesta básica com tarifa zero. A carne, item que gerou a maior controvérsia, tinha previsão de desconto de 60%. A população mais carente, inscrita no Cadastro Único do governo federal, receberia cashback pelo consumo de itens essenciais, como a proteína animal. Se permanecer o aprovado pela Câmara, as classes altas terão os mesmos benefícios das mais baixas, uma característica de sistemas regressivos e injustos. Todos os medicamentos passarão a ter benefício de 60% ou serão integralmente isentos do futuro IVA. O setor de minério de ferro arrancou vantagens na aplicação do chamado imposto do pecado, que prevê tributação extra para produtos prejudiciais à saúde e ao ambiente.

Trocando em miúdos, o resultado é que, na ponta do lápis, será árdua a tarefa de manter a previsão de uma alíquota-padrão de IVA de 26,5%. A sociedade, ao fim, acaba mais onerada, e a reforma perde parte de sua potência. Os cálculos são, portanto, estimativas. Mas as projeções indicam que, com as novas bondades de viés populista dos deputados, o país teria um IVA superior a 27% - este hoje é o patamar da Hungria, o maior do mundo.

Na tentativa de demover resistências, foi incluída uma trava no texto para impedir que a alíquota geral passe dos 26,5% previstos. Tratou-se apenas de tapar o sol com a peneira e de terceirizar responsabilidades. Ao fim, repassaram para o Senado e para o Ministério da Fazenda a tarefa de buscar soluções para o problema criado pelos deputados. Será preciso encontra- onde cortar para assegurar o teto projetado de 26,5%. E

natural que segmentos busquem vantagens. O Congresso, porém, deveria olhar o todo.

Os senadores terão a possibilidade de rever tratamentos questionáveis. Não faz muito sentido, por exemplo, excluir armas e munições do rol de produtos submetidos ao imposto do pecado. Da mesma forma, não é fácil explicar de forma racional o motivo de os veículos elétricos terem sido incluídos nessa lista.

A **reforma tributária** sobre o consumo, que prevê a unificação de cinco **impostos** em dois, é promessa de simplificação, fim da cumulatividade, maior transparência e menor regressividade. E inequívoco que o Brasil avança, após décadas de impasse. Mas ainda é possível e desejável consertar deformações e aperfeiçoar o texto. -

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240722&edicao=30246>

Fundo acabará com guerra fiscal, segundo relator

MARCO AURÉLIO NEVES

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) vai permitir que estados ofereçam apoio orçamentário às empresas ao invés dos incentivos fiscais, afirmou Reginaldo Lopes (PT), relator do Projeto de Lei Complementar (PLP) da **Reforma Tributária**.

A possibilidade surge como alternativa no âmbito do fim da guerra fiscal, após unificação e posterior extinção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto Sobre Serviços (ISS). Os dois comporão o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) no Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual da **Reforma Tributária**.

"No lugar do incentivo tributário, que foi ineficiente, que todo mundo perdeu, nós criamos o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, com R\$ 60 bilhões corrigidos pelo IPCA. Por ano, governadores terão R\$ 60 bilhões para dar uniformidade a um país continental.

Uniformidade rodoviária, portuária, porto, ferrovias, de telecomunicação", disse o petista, durante evento da Fiemg, em Belo Horizonte, nesta semana.

A partir de 2029, os estados poderão contar com recursos do FNDR, que contará com aportes financeiros anuais da União, com aumento progressivo até alcançar R\$ 60 bilhões em 2043, quando o aporte nessa quantidade será anual.

Os recursos do FNDR também podem ajudar a evitar o deslocamento de capital pelo País, já que, com o fim dos incentivos fiscais, empresas que poderiam desistir de investimentos na produção em locais afastados dos centros econômicos nacionais, podem ser atraídas pela oferta de empréstimos dos estados.

"Até mesmo se for desejo de um governador dar apoio orçamentário às empresas. O mundo dá apoio orçamentário. É com transparência", explica o parlamentar

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

Disputas tributárias criam ônus

Brasília - Quando uma empresa tem dúvidas se deveria pagar um tributo ou acredita que a cobrança está incorreta, esse questionamento pode ser levado à Justiça. O chamado contencioso tributário consome boa parte dos recursos de empresas e do sistema de Justiça em disputas sobre o pagamento correto de **impostos**.

Uma mesma empresa que atua em vários países, entre eles o Brasil, gasta 17 vezes mais aqui com disputas tributárias. O contencioso tributário no País equivale a 57% do faturamento anual, enquanto em outros países o percentual é de apenas 3,3%. É o que mostra uma pesquisa publicada pelo Insper e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2022.

Outro relatório elaborado pelo Insper em 2020, estimou em R\$ 5,4 trilhões o contencioso tributário brasileiro referente ao ano de 2019, o que equivale a 75% do Produto Interno Bruto (**PIB**) nacional do mesmo ano.

Uma das hipóteses para o tamanho do problema no País é a complexidade do atual sistema tributário, que dá margem a dúvidas e pode induzir a erros na cobrança de **tributos**.

O advogado especialista em direito tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (Ibet), membro da Comissão de Direito Tributário da OAB/Ribeirão Preto, Ranieri Genari, acredita que a **reforma tributária** pode ajudar a resolver o problema.

"Se nós formos considerar que a reforma vai simplificar o ambiente tributário, unificando primordialmente os cinco **tributos**, nós sim podemos dizer que haverá uma diminuição do contencioso, porque nós estamos falando de um único fato gerador para todos os **tributos**, onde uma única lei vai disciplinar todas as particularidades desse novo tributo, não mais de tantas espécies tributárias", explica.

O deputado federal Augusto Coutinho (Republicanos-PE) participou do grupo que discutiu a regulamentação da reforma na Câmara e defende os benefícios da simplificação para reduzir o contencioso tributário.

"Tem empresa cervejeira, não vou citar o nome, porque não me cabe, mas que tem um contencioso com o governo federal de R\$ 80 bilhões. Tem empresa de refrigerante, que tem um contencioso de R\$ 70 bilhões. O que é contencioso?"

É a questão jurídica. Imagina o custo de advogado. Então, você vai acabar com tudo isso, de uma forma simples e fácil, como as nações desenvolvidas no mundo fazem." Regulamentação - A **reforma tributária** aprovada no fim do ano passado (EC 132/2023) depende da regulamentação de seus dispositivos para esclarecer como vai funcionar na prática.

Existem dois projetos de lei complementar (PLP) em discussão no Congresso Nacional para definir esses detalhes.

O PLP 68/2024 foi aprovado no último dia 10 na Câmara dos Deputados e agora segue para o Senado. Após discussões do Grupo de Trabalho sobre a Regulamentação da **Reforma Tributária**, foram definidas as regras para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e o Imposto Seletivo.

O advogado Ranieri Genari destaca a importância da regulamentação. "Em nosso entender, quanto mais a legislação for clara e objetiva em relação aos seus fatos geradores, em relação às suas hipóteses de incidência e como vai ocorrer essa tributação, seja tributando em 100%, seja por redução, seja por isenção ou alíquota zero, menos esse contencioso tende a aumentar, porque toda legislação que é feita de forma açodada e com muitas dúvidas, cujo texto não é tão claro, isso impacta no maior contencioso tributário para esclarecimento de dúvidas dos contribuintes", argumenta.

O PLP 108/2024 vai definir as regras do Comitê Gestor do IBS e ainda aguarda votação na Câmara dos Deputados. (Brasil 6

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

Haddad discute clima e taxaço dos super-ricos

RAFAELA GONÇALVES

As mudanças climáticas e a taxaço de grandes fortunas serão os principais temas tratados na 3ª reunião de ministros de Finanças e presidentes de Bancos Centrais do G20 - grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Africana e a União Europeia.

O encontro, que acontece a partir de hoje no Rio de Janeiro, será marcado pela apresentação do relatório da proposta de taxaço dos "super-ricos". Um dos objetivos do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é conseguir o máximo de apoio possível à proposta de criação de um imposto global sobre a riqueza dos bilionários, inclusive dos Estados Unidos.

Estimativas apontam que a implementação de um imposto mínimo de 2% da riqueza dos bilionários do mundo arrecadaria entre US\$ 200 e US\$ 250 bilhões anualmente. A projeção consta no documento encomendado pelo Brasil ao economista francês Gabriel Zucman. O pesquisador, que é professor da Escola de Economia de Paris e da Universidade de Berkeley, além de ser fundador do UE Tax Observatory, deve expor uma proposta com projeções mais claras sobre a taxaço dos super-ricos.

O estudo apresenta que o modelo de tributação progressiva atingiria cerca de 3 mil pessoas inicialmente. São indivíduos com mais de US\$ 1 bilhão de riqueza, distribuídos em ativos, imóveis, ações, participação na propriedade de empresas, entre outros, e que ainda não pagam pelo menos 2% de imposto de renda anual. "Apenas indivíduos com patrimônio líquido ultraelevado e pagamentos de **impostos** particularmente baixos seriam afetados", afirma o texto.

topo da pirâmide

De acordo com o documento, não se trata de um imposto sobre riqueza, mas sim de uma forma de taxar a renda dos ultra ricos, que por variados motivos acabam pagando proporcionalmente menos ou nada. Ou seja, seria uma maneira de tentar corrigir a regressividade do imposto sobre renda no topo da pirâmide. O economista destaca ainda que também não se está falando de um imposto global, mas sim um

padrão único que poderá ser aplicado de forma independente por cada país ou bloco econômico.

A proposta já ganhou aliados importantes, como a França, Espanha e África do Sul, que já declararam apoio à tributação. Interlocutores próximos a Haddad afirmaram que existe a expectativa de que seja conquistado agora o apoio do Reino Unido, como o novo primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, eleito no início de julho, é do Partido Trabalhista.

Em maio deste ano, a secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, se posicionou contra a ideia. A presidência brasileira do fórum econômico quer alcançar o apoio americano para a tributação. Em carta aberta enviada aos EUA no início do mês, coordenada pelo Club de Madrid e pela Oxfam, ex-chefes de Estado e de governo do G20 pediram que os atuais líderes do grupo apoiem a proposta do Brasil.

Entre os 19 signatários da carta estão a ex-presidente do Chile, Michelle Bachelet, o ex-primeiro-ministro da Suécia Stefan Lofven, a ex-primeira-ministra da Austrália Julia Gillard, o ex-primeiro-ministro da França, Dominique de Villepin, e o ex-presidente da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero.

oportunidade

De acordo com o documento, garantir que os super-ricos paguem sua parcela justa "reduziria a desigualdade e arrecada trilhões de dólares necessários para investimentos em política industrial e uma transição justa". A diretora executiva da Oxfam Brasil, Viviana Santiago, ressalta a relevância e urgência desta taxaço. "A iniciativa de taxar os super-ricos é fundamental para a construção de um sistema mais justo e equitativo. Essa medida não só ajuda a combater a evasão fiscal, mas também possibilita que os recursos gerados sejam investidos em políticas públicas que beneficiem as pessoas mais vulneráveis, especialmente em tempos de crise climática e econômica", afirma.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/22/07/2024/p1?q=contagem>

Com desistência de Biden na disputa pela reeleição, investidores recalculam rota

Os investidores americanos devem começar a semana colocando na balança se a decisão do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, de se retirar da campanha eleitoral e apoiar a vice-presidente Kamala Harris, aumenta ou diminui as chances de Donald Trump reconquistar o governo.

Nas semanas que se passaram desde o desastroso debate que desencadeou as preocupações quanto à capacidade do Biden, de 81 anos, de cumprir outro mandato presidencial, os mercados financeiros foram reduzindo as apostas nas chances de sucesso dele.

Em termos gerais, passaram a preferir operações de compra e venda de ativos que, segundo se presume, seriam beneficiadas por uma vitória do republicano Trump, favorável a uma política fiscal mais frouxa, a tarifas de importação mais altas e a uma regulamentação mais fraca. Como consequência, ações da sete maiores de tecnologia caíram 4,8% na semana passada.

Essas operações ainda se traduziram em sustentação ao dólar, na alta dos rendimentos dos títulos de dívida dos EUA e na valorização das ações dos bancos e de empresas das áreas de saúde e de energia, bem como o bitcoin. A dúvida dos investidores é se deveriam manter essas posições.

Os mercados poderiam ficar instáveis enquanto aguardam para ver se Harris terá a indicação de seu partido e tentam descobrir se ela conseguirá arregimentar força suficiente para desafiar a liderança de Trump.

"Os investidores devem esperar um aumento na volatilidade", disse Dave Mazza, executivo-chefe da Roundhill Financial, antes do anúncio de domingo. "Se a vice-presidente Harris conseguir mobilizar-se rapidamente para entrar em uma disputa real contra Trump, então a expectativa é que a volatilidade persista. No entanto, se Trump continuar a avançar nas pesquisas e os investidores virem sua vitória como inevitável, então o "Trump Trade" [apostas que se beneficiariam de uma vitória do republicano] dominará e a volatilidade diminuirá." Há poucos dados históricos para prever como os mercados reagirão. O exemplo mais recente de um presidente em exercício que não tentou um segundo mandato foi Lyndon Johnson em 1968. Uma nova chapa democrata traria "hesitações

para o Trump trade, enquanto os mercados recalibram as probabilidades", escreveu Grace Fan, diretora-gerente de análises de políticas internacionais na GlobalData TS Lombard, em uma nota de 17 de julho. Essas apostas "provavelmente não se mexerão muito", no entanto, se Harris acabar sendo, de fato, a candidata.

Em termos gerais, acredita-se que o dólar ganhará um impulso se a conclusão dos investidores for a de que aumentou a probabilidade de uma presidência de Trump. A combinação preferida por Trump, de baixos **impostos** e altas tarifas, é vista como fator de aumento da **inflação** e das taxas de juros, o que tornaria o dólar mais atraente. A moeda também tem maior demanda em períodos de incerteza graças a seu status de porto seguro para os investidores.

Entre os possíveis perdedores diante de um dólar em alta estão o peso mexicano e o yuan chinês. Na semana passada, o dólar se desvalorizou em relação ao yuan e ao iene japonês, depois de a "Bloomberg Businessweek" publicar uma entrevista de junho com Trump na qual ele disse que o dólar forte tem prejudicado a competitividade americana, algo também mencionado no passado por seu companheiro de chapa, J. D. Vance.

"Não acreditamos que esta seja a operação correta", disseram estrategistas do Barclays Plc, em relatório. "Um segundo mandato de Trump implicaria em mais força do dólar, em nossa opinião, e a recente queda oferece bons níveis para retomar nossas recomendações de [posições] compradas", como a do dólar contra o yuan.

A conclusão de que um governo Trump significaria mais **inflação** também se infiltrou no maior mercado de títulos do mundo e os investidores aderiram a uma combinação de comprar notas de curto prazo e venderas de longo prazo- e que faz a inclinação da curva dos juros ficar mais acentuada.

"Conforme aumentam as chances de Harris, também aumentam as chances democratas de ganhar a Câmara dos Deputados", disse Steven Englander, estrategista do Standard Chartered Bank, em Nova York. "Se isso ocorrer, então os temores de mais estímulos fiscais podem diminuir e tirar certa pressão sobre os juros e o dólar americano. Mas ainda se está

bem no começo do que pode ser uma campanha muito diferente da esperada até duas semanas atrás." A possibilidade de uma vitória republicana impulsionou partes do mercado que, segundo presumem os investidores, serão beneficiadas pela mão reguladora mais leve de Trump ou por seus pontos de vista sobre a imigração e o petróleo.

Em junho, Trump disse aos republicanos no Senado que, caso eleito, retomaria as perfurações de petróleo no Refúgio Nacional de Vida Selvagem do Ártico, no Alasca, revertendo uma decisão do governo Biden de cancelar arrendamentos na região.

"Eu gosto de commodities e de ações relacionadas a commodities, porque realmente acho que o risco geopolítico tem aumentado recentemente, uma vez que alguns competidores podem ver isso como uma fraqueza e tentar se aproveitar do que veem como uma confusão nos EUA", disse Peter Tchir, chefe de estratégia macroeconômica na Academy Securities.

Empresas dos setores de fontes de energia renováveis e de consumo discricionário "podem sofrer" se Trump vencer a presidência com um Congresso republicano, escreveu Solita Marcelli, diretora de investimentos em países da América da UBS Global Wealth Management, em nota em junho.

As ações de prisões de capital privado, como a GEO Group e a CoreCivic., têm se valorizado com base nas opiniões linha-dura de Trump sobre imigração. Entre as firmas que podem se beneficiar de um menor peso regulatório estão as seguradoras de saúde UnitedHealth e Humana e os bancos.

4,8% foi a queda na semana de índice das 7 Magníficas"

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187934>

Entidades filantrópicas garantem imunidade de HCMD na reforma

Adriana Aguiar De São Paulo

As instituições sem fins lucrativos conseguiram manter, na regulamentação da **reforma tributária**, as regras previstas para imunidade de ITCMD - o imposto sobre doações. Havia receio de redução da abrangência desse benefício com a tramitação do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68. O texto foi aprovado na Câmara dos Deputados e agora segue para o Senado.

A **reforma tributária** (Emenda Constitucional nº 132), aprovada em dezembro, estabeleceu que o ITCMD não incidirá sobre as doações para as instituições sem fins lucrativos com finalidade de relevância pública e social, inclusive as organizações assistenciais e beneficentes de entidades religiosas e institutos científicos e tecnológicos, e por elas realizadas na consecução dos seus objetivos sociais - observadas as condições estabelecidas em lei complementar.

A ampliação do alcance da isenção de ITCMD é importante para o chamado terceiro setor e pode elevar o volume de doações - hoje as regras para o benefício são estaduais. O Brasil é hoje um dos três únicos países no mundo que ainda taxam esses recursos, ao lado da Croácia e da Coreia do Sul.

Neste ano, segundo a Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), o volume de doações já superou o alcançado em todo o ano de 2023. Foram cerca de R\$ 599 milhões, segundo o Monitor das Doações, atualizado diariamente pela entidade. Esses recursos vieram de 145 doadores - empresas ou pessoas físicas. Em 2023, foram R\$ 479 milhões, por 159 doadores.

De acordo com o advogado Eduardo Szazi, do escritório Szazi, Bechara, Storto, Reicher e Figueirêdo Lopes Advogados, que acompanhou a tramitação do assunto na Câmara dos Deputados, "o texto final foi muito satisfatório para o setor", ao não permitir que direitos já concedidos na reforma fossem restringidos. "Ao não tributar as doações, permite-se que mais dinheiro seja levado para essas causas, que são extremamente relevantes", diz.

O texto original da **reforma tributária**, lembra o advogado, estava sendo ameaçado pela regulamentação, por meio do PLP 68/2024.

Representantes da Fazenda pediram alterações no artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), que rege as doações, para restringir a abrangência do benefício para as entidades sem fim lucrativos.

Hoje, o artigo 14 traz três requisitos para a obtenção de imunidade. O primeiro deles é não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas. O segundo, aplicar integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais. E o terceiro, manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

O artigo 460 do PLP 68/2024, porém, pretendia criar requisitos adicionais, que acabaram retirados. Constava, por exemplo, que as entidades assistenciais, além de manter a escrituração de suas receitas, deveriam divulgar em seus sites suas demonstrações financeiras anuais. Também estabelecia que essas demonstrações deveriam ser devidamente auditadas por um auditor independente, nos casos em que a receita bruta anual superasse R\$ 360 mil.

Para o advogado Bruno Sigaud, a redação original do PLP 68/2024, envolvendo a mudança no artigo 14 do CTN, "era desproporcional à garantia constitucional de vedação à cobrança de **impostos** sobre o patrimônio e rendas de entidades reconhecidamente assistenciais, uma vez que tentava transferir para a legislação um ônus de fiscalização que é da Fazenda, seja federal, estadual ou municipal".

Sigaud ainda destaca que ajuris-prudência dos tribunais já entende, ao tratar de imunidade, que presume-se que as atividades e bens pertencentes a tais entidades estejam afetados à destinação compatível com seus objetivos e finalidades institucionais, "motivo pelo qual o ônus de produzir qualquer prova em contrário é do ente tributante, e não do contribuinte".

O tributarista acrescenta que não se tem notícia de que a lei tributária estaria sendo corriqueiramente violada pelas organizações da sociedade civil. "O que corrobora com a nossa afirmação de que houve um exagero na redação inicial do PLP 68, já que a ampliação das obrigações de prestar contas, contratar

auditores e restringir gastos e movimentações financeiras certamente ofuscaria a imunidade constitucional pretendida." Mesmo no campo do contencioso, os precedentes não justificariam a mudança, segundo Eduardo Szazi. Ele afirma que fez um levantamento no site da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) sobre os grandes devedores (acima de R\$ 100 milhões). E constatou que dos 6.506 devedores, apenas 79 eram entidades sem fins lucrativos, sendo que 69 eram imunes.

"O contencioso não legitima a alteração do artigo 14 do CTN. Justifica-se restringir liberdades de 250 mil entidades por falhas de apenas nove ao longo de cinco anos? Justifica-se impor novas obrigações a partidos, sindicatos e organizações da sociedade civil, se apenas 1% dos grandes devedores são entidades sem fins lucrativos? Entendo que não", afirma.

Também houve a tentativa, na primeira versão apresentada do PLP 68, na Câmara dos Deputados, de que fosse determinada a incidência de IBS e CBS sobre as chamadas doações onerosas (casos em que há um direcionamento de onde esses valores devem ser empregados) e empréstimos, o que também abarcaria as filantrópicas.

Caso essa previsão passasse, poderia prejudicar muito o setor, segundo Szazi. Isso porque muitas das doações ocorrem com um propósito específico - como os valores destinados ao Rio Grande do Sul. "Nas doações mais substanciais, a tendência é que as pessoas queiram que sejam revertidas para determinados objetivos. Essa reversão no texto é muito positiva." O texto agora segue para o Senado nos mesmos termos da Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a **reforma tributária**. Caso haja alteração pelos senadores, ele volta para a Câmara dos Deputados.

"Houve um exagero na redação inicial do Projeto de Lei Complementar 68" Bruno Sigaud

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187934>

LEMBRETE - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

Aos deputados federais: o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) atualmente paga 40 milhões de benefícios aproximadamente.

Todos os que recebem são eleitores e que podem decidir uma eleição. E mais: se tiverem dois dependentes eleitores, somam 140 milhões, aproximando-se dos 155 milhões que correspondem ao total do eleitorado brasileiro.

Confirma-se deste modo a potência eleitoral dos aposentados e pensionistas em uma eleição proporcional na qual estão incluídos os representantes que irão atuar na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional.

É um lembrete dos aposentados e pensionistas para não serem esquecidos.

REIVINDICAÇÃO

Com esse lembrete aos deputados federais, aposentados e pensionistas do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), segurados do **INSS**, reivindicam o que lhes é de direito, a apreciação, votação e também a aprovação do Projeto de Lei nº4434/2008. Será o perfeito reconhecimento do que lhes foi retirado indevidamente e sem qualquer pesquisa ou estudo no governo Fernando Collor de Mello, inclusive, o descumprimento do consagrado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 201, parágrafo 4º, na qual é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes em caráter permanente o valor real. A desvinculação do salário mínimo é massacre.

JUSTIÇA

É preciso, premente e uma questão de justiça social a atualização e regularização dos proventos das aposentadorias e pensões. Eis o motivo e a insistência para que o Projeto de Lei nº4434/2008 seja aprovado na Câmara dos Deputados e sancionado pelo presidente do Poder Executivo Luiz Inácio Lula da Silva. Regulariza-se uma situação aflitiva e penalizadora a aposentados e pensionistas segurados do **INSS**. Não se concebe que trabalhadoras e trabalhadores sejam punidos injustamente.

São mais de três décadas de punição, precisamente 33 anos que cidadãos e cidadãs brasileiros, repetimos,

cumpridores dos seus deveres e obrigações para com o Estado, estão sendo punidos e desprovidos de recursos financeiros para manter uma qualidade de vida digna.

CONGELAMENTO

Anuncia o governo que vai congelar R\$ 15 bilhões do Orçamento da União. É uma preocupação para aposentados e pensionistas.

Nessas ocasiões alegam sempre que as despesas previdenciárias concorrem para o corte. Esquecem que estas são pagas com recursos financeiros próprios arrecadados das contribuições que fazem os contribuintes- participantes da **Previdência Social**. Urge que se mude esse procedimento, reconhecendo-se que a **Previdência Social** é parte da **Seguridade Social** que, a partir de outubro de 1988, com o advento da Constituição Cidadã, ficou ainda mais fortalecida, sem qualquer sinal de ser deficitária.

Outros meios de solução têm que ser encontrados sem afetar a Previdência.

VIOLÊNCIA

A violência contra a pessoa idosa tem sido o destaque nas estatísticas sobre o tema.

Os que a praticam deveriam ter sempre em mente a reflexão que a seguir vamos transmitir: "Ter paciência como uma pessoa idosa é construir a ponte por onde um dia você passará. Nunca esqueça disso". Nesta reflexão acrescentamos: vamos aprender a envelhecer.

Para que isto aconteça, temos que seguir as orientações e recomendações da Lei de Política Nacional da Pessoa Idosa, inserindo nos cursos formais fundamental, médio e superior as disciplinas pertinentes ao envelhecimento.

DOENÇA

A gripe H1N1 está aumentando e as pessoas idosas são as mais atacadas pela doença.

No balanço apresentado no Estado do Pará, 44 casos foram registrados e 22 deles afetaram pessoas com idade superior a 60 anos. Eis o motivo para que todos se previnam contra o H1N1, procurando os postos de saúde para receberem as orientações devidas,

livrando-se desse mal que somente causa transtorno à vida saudável.

AMIZADE "A amizade é a caridade no seu mais alto grau de perfeição" (Jacques- Bénigne Bossuet).

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

'Alta da Bolsa brasileira ainda nem começou'

VINICIUS PEREIRA ESPECIAL PARA O E-INVESTIDOR

ENTREVISTA: Paulo Abreu, Engenheiro de computação pelo IME, passou pelo Opportunity e pela Pacífico Asset até fundar a Mantaro Capital, em 2022

A lcinha de um afluente do rio Amazonas, Mantaro foi o nome escolhido por ex-sócios da Pacífico e do Opportunity para a nova gestora por ser uma fonte inesgotável e multiplicadora de recursos.

Na asset, que nasceu em 2022 e tem R\$ 550 milhões sob gestão, a fonte de riquezas da vez é a Bolsa brasileira, que deverá passar por um novo ciclo de alta.

"A alta nem começou. Só corrigiram alguns excessos e, se estivermos corretos, a valorização da bolsa ainda deverá chegar", diz Paulo Abreu, sócio da Mantaro Capital.

O Ibovespa, principal índice acionário do País, subiu quase 9% no último mês. Para o gestor, que atua no mercado financeiro desde 2005, o estímulo para essa nova fase das ações brasileiras não depende da queda dos juros ou das eleições nos EUA, mas de uma sequência de "não eventos" para evitar a volatilidade. "O gatilho é simplesmente as coisas se acalmarem", diz. "Se não houver incerteza sobre a política monetária, fruto das discussões fiscais, e a situação for apaziguada, teremos um movimento de 'sai da frente'. Esse acúmulo de não eventos é o que precisamos." Por isso, os fundos da Mantaro estão com exposição máxima às ações brasileiras. Para surfar o esperado novo ciclo de alta, ele opta por setores mais expostos à economia brasileira, como a da construção civil, com Cyrela (CYRE3), e aluguel, como Mills (MILS3) e Localiza (RENT3).

A Mantaro nasceu em 2022 com um time egresso da Pacífico, uma das gestoras mais conhecidas do mercado, mas já em meio a um período de juros altos, que afeta a Bolsa, e a uma crise na indústria dos fundos.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Como foi o desafio inicial?

O maior desafio foi a decisão sobre qual seria o nosso modelo de negócios. O racional de fazer uma spin-off (empresa criada a partir de outra) da Pacífico foi baseado no que ocorreu no mercado brasileiro nestes

últimos dois anos, que se desenrolou até de uma forma mais intensa do que imaginávamos, caminhando para o que ocorre nos EUA. Por lá, você tem um fundo multimercado, por exemplo, e não tem cinco pessoas olhando Bolsa, juros, dólar, etc. Não é assim. É uma estrutura super grande olhando diversas classes de ativos no mundo inteiro. Entendemos, portanto, que uma estrutura como essa seria cada vez mais exigida aqui no Brasil e esse se tornou o nosso diferencial.

Como está a alocação no fundo de ações long biased, um dos principais da casa?

Estamos na máxima e fazendo esse movimento de compra desde o início do ano, principalmente agora. Começamos o ano 60% comprados e chegamos à máxima, de 80% em junho. Neste produto, vamos aumentar a posição quando todo mundo estiver com medo, inclusive a gente.

O processo nos mostra que, se estamos convictos nessas teses, e elas não se alteraram de forma significativa, precisamos aumentar a exposição.

Não só a nossa exposição está na máxima, como também a composição de carteira, em termos de agressividade, no sentido de estar mais exposto a prêmio de risco Brasil, está na máxima.

A hora de comprar na Bolsa é agora, portanto?

Sim. E tem sempre dois questionamentos curiosos.

O primeiro é sobre depois de uma alta, vale estar em Bolsa? Para nós, a alta nem começou. Só corrigiram alguns excessos e, se estivermos corretos, a valorização da Bolsa brasileira ainda deverá chegar. Voltando ao começo do ano, havia outra expectativa em relação ao Federal Reserve (Fed, o banco central americano) e ao Comitê de Política Monetária (Copom), que entra em uma questão do como essa frustração das expectativas dos juros baixos seria positiva para Bolsa. Mas, quando o cenário não acontece, você junta uma indústria com saques recorrentes e o investidor estrangeiro tirando dinheiro, o que gera uma conjunção de fatores muito prejudicial para a performance.

No entanto, quando olhamos que há um ajuste de expectativa que refletiu no preço, em todos os ativos brasileiros, é o momento de estar na máxima mesmo, uma visão muito diferente da média.

Quais as principais posições da gestora hoje?

Temos na carteira setores ligados ao prêmio de risco brasileiro, como Cyrela, um investimento importante. Parte de locação, como Mills e Localiza, são posições relevantes também. Em paralelo, temos ativos relacionados ao juro real aqui no Brasil, como as Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B, títulos públicos com rendimento atrelado à inflação) e, no fundo long biased, temos uma posição importante em NTN-B 2050 e ativos relacionados, como Copel (CPLE6) e Equatorial (EQTL3), posições importantes que somam ao portfólio.

De commodities, temos apenas petróleo via Prio (PRIO3) e Petrobras, totalmente diferentes entre si. A Petrobras ocupa hoje cerca de 5%, é uma posição média, não tão grande como já foi.

"O gatilho é simplesmente as coisas se acalmarem.

Se não houver incerteza sobre política monetária, a situação se apazigua"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ministério oficializará hoje congelamento de R\$ 15 bi

ORÇAMENTO A equipe econômica oficializará hoje o congelamento de R\$ 15 bilhões no orçamento de 2024. A suspensão dos valores constará do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, a ser enviado na tarde de hoje ao Congresso Nacional.

Na quinta-feira da semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), antecipou o anúncio do congelamento, em meio à disparada do dólar às vésperas do envio do relatório.

Dos R\$ 15 bilhões a serem suspensos, R\$ 11,2 bilhões serão bloqueados; e R\$ 3,8 bilhões, contingenciados.

Tanto o contingenciamento como o bloqueio representam cortes temporários de gastos. O novo arcabouço fiscal, no entanto, estabeleceu motivações diferentes. O bloqueio ocorre quando os gastos do governo crescem mais que o limite de 70% do crescimento da receita acima da **inflação**.

Já o contingenciamento acontece quando há falta de receitas que comprometem o cumprimento da meta de resultado primário (resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública).

A distribuição dos cortes pelos ministérios só será divulgada no fim do mês, quando for publicado um decreto presidencial com os limites de gastos por ministérios. Pela legislação, o detalhamento do congelamento deverá ser publicado até dez dias após o envio do relatório ao Congresso.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Congelamento de R\$ 15 bi no orçamento é oficializado

A equipe econômica oficializará, hoje (22), o congelamento de R\$ 15 bilhões no Orçamento de 2024. A suspensão dos valores constará do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, a ser enviado ao Congresso. Na última quinta-feira (18), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, antecipou o anúncio do congelamento. Dos R\$ 15 bilhões a serem suspensos, R\$ 11,2 bilhões serão bloqueados; e R\$ 3,8 bilhões, contingenciados.

Tanto o contingenciamento como o bloqueio representam cortes temporários de gastos. O novo arcabouço fiscal, no entanto, estabeleceu motivações diferentes. O bloqueio ocorre quando os gastos do governo crescem mais que o limite de 70% do crescimento da receita acima da **inflação**. O contingenciamento ocorre quando há falta de receitas que comprometem o cumprimento da meta de resultado primário. A distribuição dos cortes pelos ministérios só será divulgada no fim do mês, quando for publicado um decreto presidencial com os limites de gastos por pasta.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/xqiq/#p=1>